

**Danielle Oliveira da
Nóbrega**

Universidade Federal de
Alagoas
[http://orcid.org/0000-
0002-0245-6533](http://orcid.org/0000-0002-0245-6533)

**Erika dos Reis
Gusmão Andrade**

Universidade Federal do
Rio Grande do Norte
[https://orcid.org/0000-
0002-5296-8481](https://orcid.org/0000-0002-5296-8481)

**Teoria das representações
sociais e racionalidades
distintas: tensionamentos
e sínteses entre a ciência
e o senso comum**

**Social representations theory
and distinct rationalities:
tensions and syntheses between
science and common sense**

**Teoría de las representaciones
sociales y racionalidades
distintas: tensiones y síntesis
entre la ciencia
y el sentido común**

RESUMO

O texto em tela objetiva discutir as relações entre os saberes do universo científico e aqueles do senso comum, tendo como norte as construções teóricas da Teoria das Representações Sociais (TRS), com destaque à abordagem dialógica. Parte-se dos escritos de Serge Moscovici, buscando tecer relações entre suas motivações para a proposição da TRS e a defesa de uma racionalidade atinente aos conhecimentos cotidianos. Busca-se, através do resgate de autores da TRS que evidenciam o caráter sócio genético, dinâmico e dialógico das representações sociais, traçar diferenças entre esses conhecimentos, todavia, sem considerá-los de forma estanque e distanciada. Reflete-se, por fim, sobre a pertinência da epistemologia dialógica das representações sociais para a superação das dicotomias entre esses saberes, destacando o papel da comunicação nesse processo.

Palavras-chave: Representações sociais. Conhecimento científico. Epistemologia dialógica. Comunicação.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the relationships between the knowledge produced by science and those from common sense, based on the Social Representations Theory (SRT) with emphasis on the dialogical approach. It starts with the Serge Moscovici's writings and seeks to establish relationships between his motivations for the proposition of the SRT and his defense of a rationality related to everyday knowledge. Considering authors of the SRT that highlight the socio-genetic, dynamic and dialogical character of social representations, we point differences between these knowledges, however, without considering them in a reduced and distanced way. Finally, it reflects on the relevance of the dialogical epistemology of social representations to overcome the dichotomies between these knowledges, highlighting the role of communication in this process.

Key words: Social representations. Scientific knowledge. Dialogical epistemology. Communication.

RESUMEN

El texto tiene como objetivo discutir las relaciones entre el conocimiento del universo científico y las del sentido común, teniendo como guía las construcciones teóricas de la Teoría de las Representaciones Sociales (TRS), con énfasis en el enfoque dialógico. Comienza a partir de los escritos de Serge Moscovici y busca tejer relaciones entre sus motivaciones para la proposición del TRS y la defensa de una racionalidad relacionada con el conocimiento cotidiano. Sin embargo, a través del rescate de autores del TRS que demuestran el carácter sociogenético, dinámico y dialógico de las representaciones sociales, para rastrear las diferencias entre este conocimiento, sin considerarlas de una manera sellada y distante. Finalmente, reflexiona sobre la relevancia de la epistemología dialógica de las representaciones sociales para superar las dicotomías entre estos conocimientos, destacando el papel de la comunicación en este proceso.

Palabras clave: Representaciones sociales. Conocimiento científico. Epistemología dialógica. Comunicación.

Submissão: 14-5-2020

Decisão editorial: 15-3-2021

As relações entre ciência e senso comum despertam, na comunidade acadêmica, posicionamentos diversos, que provocam caminhos de estudos também distintos. Entre refutações, revisões, problematizações e superações, o que pode ser evidenciado já em um primeiro olhar é o caráter conflituoso dessas relações.

A despeito do que possa sugerir, tal caráter não implica o distanciamento entre ciência e senso comum. Ciência e senso comum são compostos de modos distintos, contudo, seus elementos podem se entrelaçar, criando novas composições, as quais somente são possíveis porque contrastantes.

Se por um lado, o conflito entre ambos sinaliza o tensionamento dessas relações, com a ciência atenta à necessidade de estabelecer críticas quanto aos saberes do dia a dia e oferecer proposições referendadas em investigações construídas a partir de um método científico, por outro lado, não se deve negligenciar que esse tensionamento pode ser profícuo na constituição e reconstituição dos saberes do senso comum, visto que a ciência provê material de discussão e reflexão para o homem da rua (MOSCOVICI, 2005). Assim, não há necessariamente um corte entre ambos, as ideias do universo científico são recortadas e remodeladas a partir das necessidades de um dado grupo em suas interações cotidianas.

Foi diante dessas observações que Moscovici propôs-se a estudar o que denominou de representação social, considerando-a como “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (1978, p. 26).

Ao propor a Teoria das Representações Sociais, em 1961, Moscovici apontou para a necessidade de uma revisão do *status* epistemológico do senso comum. Nesse sentido, buscou superar concepções que atravessavam a ciência naquele momento, realçando o pensamento proveniente do senso comum, enfatizando sua racionalidade e relevância para o grupo social (MOSCOVICI, 1978). Como explica Marková (2006), Moscovici buscou estabelecer diferenças entre esses dois conhecimentos, preocupando-se em problematizar o argumento tradicional de que “o povo não pensa”. Dessa forma, compreendemos que, com seus estudos sobre as representações sociais da Psicanálise, o autor sublinhou a presença do senso comum no pensamento social e demonstrou a relação - profícua e necessária para investigações sobre as coletividades modernas - entre ciência e representações sociais. Para ele, ambas são diferentes entre si e, ao mesmo tempo, complementares (MOSCOVICI, 2005).

E é partindo dessas relações que se insere o presente texto. Trata-se de um artigo teórico no qual se objetiva discutir as relações entre os conhecimentos científicos e do senso comum, por meio das proposições da TRS. A intenção é destacar as diferenças entre as duas formas de conhecimento, demarcando suas racionalidades. Nesse caminho, argumenta-se que, embora sejam racionalidades diferentes, não devem ser separadas e colocadas em posição dicotomizada,

posto que são conhecimentos em diálogo e movimento. Desse modo, para não recair em uma posição estática e monológica, pretende-se assinalar a relevância de estudos que partam de uma epistemologia dialógica (MARKOVÁ, 2006) de modo a superar dicotomias e compreensões monológicas dessa relação.

Para tanto, iniciamos abordando as motivações de Moscovici com os estudos em representações sociais e como ciência e senso comum dialogam na dinâmica do cotidiano. Nessa direção, enfocamos a pertinência da polifasia cognitiva que é elemento fundamental para compreender as relações entre os conhecimentos diferentes. Em seguida, tratamos do conceito de representação social, pontuando suas características centrais e sublinhando sua sociogênese. No terceiro tópico, discorremos sobre a epistemologia dialógica das representações sociais, com o argumento de que a dialogicidade é condição essencial do processo constitutivo das representações sociais. Por fim, retomamos as proposições iniciais para reafirmar a comunicação e a dialogicidade como elementos que contribuem com a construção de relações profícuas e complexas entre os diferentes tipos de racionalidades.

Senso comum e ciência: racionalidades que não dialogam?

Pensando as relações entre ciência e senso comum, Moscovici (1978) elucidou como a Psicanálise atravessa o mundo dos especialistas e ingressa no mundo cotidiano, compondo pensamentos, comportamentos, costumes e conversações, fazendo parte, então, da realidade de diferentes grupos sociais. Saliencia-se que o cotidiano para Moscovici é dinâmico

e vai desde o microcosmo ao macrocosmo, tendo seus limites nas fronteiras das interações sociais (CASTRO, 2014). Nestes termos, a Psicanálise está no cotidiano, ou seja, nas conversas de rua, no vocabulário, na educação familiar, na literatura, nas escolas...

Mas seria esta Psicanálise a mesma estudada e praticada pelos psicanalistas? Seu trabalho sinaliza que não. É a Psicanálise representada de outra forma, pelas lentes dos sujeitos sociais em seu cotidiano, do âmbito do senso comum. É esse saber que interessou a Moscovici, que pesquisou sua conversão do conhecimento advindo do universo reificado - que se refere ao saber cristalizado no espaço científico, com linguagem e hierarquia próprios (ARRUDA, 2002) -, para aquele pertinente ao universo consensual, ou seja, constituído especialmente nas conversas informais, no cotidiano (ARRUDA, 2002). Nas palavras de Moscovici (1978, p. 18, grifos do autor): "Uma ciência do real torna-se, assim, uma ciência no real, dimensão quase física deste".

Moscovici (1978) interessou-se, pois, pela forma como as ciências penetravam no cotidiano. Com efeito, ao longo do século XX, observou-se como as ciências inventaram e propuseram a maioria dos objetos, conceitos, analogias e formas lógicas que utilizamos em nossas atividades diárias, sendo investidas de autoridade e competência e servindo de fundamento às leituras de mundo que fazemos. Essas apropriações das ciências pelos sujeitos em seu dia a dia configuram-se como um processo de reconfiguração dos conhecimentos científicos (WAGNER; HAYES; PALACIOS, 2011).

Daqui, depreende-se que a ciência assumiu um papel central no cotidiano e, ao mesmo tempo, que

o conhecimento científico aí presente é constituído por processos que foram denominados por Wagner (2000) como popularização da ciência. Nessa perspectiva, ressalva-se que as representações sociais, como conhecimento científico popularizado, não são uma apropriação da racionalidade científica, que permanece no distante universo reificado.

Como Wagner (2000) explica, o que ocorre é uma aceitação da ciência como fonte de conhecimento popularizado. Dessa forma, tem-se que os conceitos e as teorias originais são fragmentados, podendo sofrer uma desvinculação dos processos de produção científica que os constituíram. Em contrapartida, esse conhecimento científico popularizado possui todo sentido para o grupo. Wagner, Hayes e Palacios (2011) observam que as representações sociais, sendo uma ciência popularizada, formam um amálgama do conhecimento tradicional e das novas formas de entendimento científico que são difíceis de separar.

Trata-se, pois, de um outro tipo de conhecimento, cuja força reside na possibilidade de construção de realidades comuns a um grupo. Ainda conforme Wagner, Hayes e Palacios (2011), é possível considerar a teoria da vida cotidiana como uma caricatura da teoria original que lhe motivou. Sendo uma caricatura, ela não é mais uma teoria completa, mas sim um constructo fragmentado, porém, funcional diante das necessidades do grupo social.

É, então, central discutir o senso comum e seu papel na vida cotidiana. Acompanhamos Marková (2006) nessa tarefa. Guiada pela proposta de discutir uma teoria do conhecimento social baseada na dialogicidade e na TRS, a autora defende que

o senso comum é um senso social, pois nascemos em um mundo simbólico e cultural, com experiências compartilhadas.

A autora ressalta, pois, a compreensão de que o senso comum contribui na constituição de realidades, permitindo ao indivíduo comunicar-se, relacionar-se com o outro e se orientar nesse mundo compartilhado coletivamente. É considerado como uma certeza, uma realidade socialmente estabelecida (MARKOVÁ, 2006).

Essas proposições iniciais rompem com um entendimento recorrente nas pesquisas tradicionais de atribuição de um *status* de conhecimento inferior ao senso comum. Comumente, está presente a dicotomia entre ciência e senso comum, em que o primeiro se caracteriza pela lógica, pela racionalidade e o segundo, pelo fato de ser ilógico e primitivo (MARKOVÁ, 2006; MOSCOVICI, 1978; NÓBREGA, 2001).

Em sua retomada do texto original de Moscovici, Castro (2014) ratifica a pretensão do estudioso de escapar do dualismo tradicional que busca estabelecer uma escala valorativa entre o pensamento social ou do senso comum e o pensamento erudito. A proposta de Moscovici vem conferir um novo valor ao pensamento social, quebrando o dualismo hierárquico e observando a legitimidade intelectual desse pensamento, considerado como um saber prático através do qual os grupos constituem uma realidade e convivem com ela (CASTRO, 2014).

Assim, Moscovici defende a racionalidade do pensamento considerado irracional. Propõe que se abandone a oposição lógico-ilógico, racional-afetivo, social-não social, reconhecendo a pluralidade de sistemas cognitivos e de situações sociais em relação de adequação mútua (MOSCOVICI, 2005; 1978). Estudar

o pensamento social inclui o enfoque nos conhecimentos produzidos no cotidiano, aqueles advindos do senso comum, não os considerando inferiores ou desprovidos de razão.

Marková (2006) reforça essas defesas ao abordar a presença do senso comum na vida cotidiana: nascemos em uma sociedade e cultura, nascemos no conhecimento do senso comum, que permeia nosso dia a dia. O senso comum é composto por diversos tipos de saberes: crenças, mitos, relações interpessoais de entendimento, sabedoria experimental e habilidades práticas. A autora, então, questiona: como considerá-lo inferior se ele orienta os sujeitos e é fonte para discussões científicas?

Nessa direção, destacamos o que afirma Jovchelovitch (2014) quando defende que os saberes do cotidiano não são menos sábios do que outros. Explica a autora que a plasticidade e a capacidade de adaptação desses saberes propiciam sua constituição que se dá através de processos de absorção e transformação de outras formas de saber, inclusive o científico. Nas palavras de Jovchelovitch (2014, p. 217):

Há uma racionalidade na vida cotidiana, expressa nos saberes e 'know-hows' que ela produz, na inteligência dos sistemas de pensar que os humanos desenvolvem enquanto espécie, e na eficácia de seus modos individuais, coletivos e culturais de viver. Essa racionalidade é fruto da dinâmica sociocultural que compõe a arquitetura do pensamento social: a racionalidade do cotidiano é, portanto tão importante e eficaz quanto a racionalidade da ciência e da lógica formal. (JOVCHELOVITCH, 2014, p. 217).

Marková (1996) esclarece que a TRS é fundamentalmente uma teoria do conhecimento ingênuo,

buscando descobrir como os indivíduos e os grupos constituem um mundo estável e previsível a partir de fenômenos diversos. Afirma a autora que as representações sociais são parte de um entorno social simbólico em que vivem as pessoas e, ao mesmo tempo, tal entorno reconstrói-se por meio das atividades dos indivíduos, sobretudo, pela linguagem, assinalando, aqui, a interdependência entre o social e o individual. Nesta direção, Moscovici (2005) pontua que as representações sociais compõem o universo do senso comum, sendo que este nos oferece acesso direto a elas.

Tais circunstâncias ratificam a necessidade de revisar as relações estabelecidas entre as ciências e as representações sociais, questionando as dicotomias presentes nessa relação. Ainda amparadas em Marková (1996), atentamos para a indissociabilidade entre o conhecimento científico e as representações sociais. Para a autora, são complementares as tendências ao julgamento racional, que caracteriza o pensamento científico, ao implícito e ao consenso, que marcam as representações sociais. Assim, ambos operam sempre a partir de esquemas e processos cognitivos. Nestas acepções, confirma-se a proposta moscovicianiana de considerar racionalidades distintas, superando a mera classificação de conhecimentos em racional e irracional, lógico e ilógico.

Diante disso, ganha força nos estudos de Moscovici (1978) o entendimento de irredutibilidade de um conhecimento ao outro, considerando que possuem organizações psicológicas diferentes, sendo formas de saberes particulares da sociedade. Contrapondo os pensamentos do senso comum e das ciências, Marková (2006) considera que este último busca a verdade a partir do poder da racionalidade individual, já o pri-

meiro busca a verdade por meio da confiança fundada em crenças e no conhecimento comum e através do poder da racionalidade dialógica. A autora alerta que as representações sociais não surgem do raciocínio absoluto ou do processamento de informações, seus processos são outros, pois estão enraizadas no passado, na cultura, nas tradições e na linguagem.

De fato, são diferentes, com formas distintas de organizar e formar conhecimentos, de transmiti-los e possuem finalidades diversas. Daí a defesa de Moscovici pela não redutibilidade do senso comum pela ciência. Indo além: o teórico revela que sua preocupação não reside na busca de uma racionalização total, que indique um caminho ascendente que vá do senso comum ao conhecimento científico, do universo consensual ao reificado, do concreto ao abstrato, em uma crescente descontextualização do conhecimento e da linguagem. Seu foco está na “descida de pensamento, isto é, um movimento na direção oposta, à medida que nosso conhecimento e linguagem circulam e se tornam contextualizados na sociedade” (MOSCOVICI, 2005, p. 199, grifos do autor).

Seguindo suas proposições, retomamos que o interesse central de Moscovici era compreender como um conhecimento como o científico, advindo do universo reificado, é apropriado pelos sujeitos em seu cotidiano, no universo consensual, transformando-se em representações sociais. É esse conhecimento que acompanha o sujeito em seu dia a dia, que o auxilia na definição de opções, na comunicação de ideias, no repensar de posições.

Sendo duas racionalidades distintas, conforme Moscovici (2005), suas diferenças advêm das especificidades dos universos consensual e reificado e dos

contextos de comunicação em que suas representações são elaboradas, sendo elas socialmente demarcadas e reforçadas. Apesar de diferentes, ratificamos que é raso o entendimento de que um grupo determinado só possui um tipo de racionalidade em detrimento da outra. Elas coexistem, tocam-se, retocam-se e ressignificam os objetos sociais com os quais se interage diariamente. Marková (2006) defende que o pensamento humano nunca é completamente lógico e racional. Assim, ao invés de ser monológico ou homogêneo, nosso pensamento é dialógico e antinômico, características que exploraremos mais à frente ao nos determos nas relações entre dialogicidade e representações sociais.

Depreende-se, pois, que os sujeitos possuem múltiplas formas de pensar e representar, o que Moscovici denominou de polifasia cognitiva. O autor explica que "[...] o mesmo grupo e, *mutatis mutandis*, o mesmo indivíduo são capazes de empregar registros lógicos variáveis nos domínios que eles abordam com perspectivas, informações e valores próprios de cada um" (MOSCOVICI, 1978, p. 286). Isso dependerá basicamente: (1) do grau de aprofundamento e domínio do ambiente objetivo específico; (2) da natureza das comunicações, ações e resultados objetivados; (3) da interação entre a organização atual do sujeito ou grupo e o grau de diferenciação do meio, seja social ou físico. Desse modo, evidencia-se a coexistência dinâmica de modalidades diferentes de conhecimento que determina um estado de polifasia cognitiva (MOSCOVICI, 1978).

Marková (2006) informa que essas múltiplas formas de pensar são apropriadas e articuladas em diferentes contextos, podendo, inclusive, estar em desacordo,

em oposição ou conflito pela dominância. A autora explica que o termo tem origem nos estudos sobre eletricidade, na Física, em que “polifásico” refere-se à presença de correntes alternadas e simultâneas, que podem estar em desacordo entre si. Desse modo, a polifasia cognitiva está associada aos usos diversificados de pensamentos e conhecimentos, como o científico, senso comum, religioso, entre outros.

Avançando nesse entendimento, Arruda (2014) discorre sobre o caráter dinâmico das representações sociais. Em suas palavras: “O saber deve ser visto como uma forma dinâmica e continuamente emergente, capaz de mostrar tantas racionalidades quantas se fizerem necessárias na variedade de situações características da experiência humana” (ARRUDA, 2014, p. 457).

Assim, os estudos na TRS devem seguir um roteiro para além da identificação de representações e considerar a relevância de observar os processos de constituição de saberes do cotidiano. Em tais processos, concorrem e interagem diferentes conhecimentos, que podem contrapor-se, anular-se, reafirmar-se ou produzir novas sínteses. Para compreender melhor esse movimento, faz-se mister debruçarmo-nos sobre a sociogênese das representações sociais, de modo a entender esse conhecimento e sua relação com o conhecimento científico.

De que racionalidade tratamos? As representações sociais e sua gênese social

Como discutimos, quando Moscovici dedicou-se a estudar como os indivíduos, em seu dia a dia, apropriam-se de conceitos advindos do universo reificado, no caso a Psicanálise, deparou-se com uma

racionalidade diferente, cujo conhecimento apropriado pouco correspondia àquele sobre o qual as pessoas iniciaram seu processo de apropriação. Não se tratava de uma reprodução do saber psicanalítico, mas de uma representação, sem compromisso com uma fidelidade aos conceitos, mas sim com a finalidade daquela representação para o grupo. Desse modo, observa-se que as representações sociais são fenômenos caracterizados, em especial, pela gênese social, pela orientação prática, pela dinamicidade e pela indissociabilidade entre sujeito e objeto.

Há que se registrar que Moscovici negou-se recorrentemente a estabelecer um conceito fechado ao fenômeno das representações sociais. Preferia visualizá-lo como um constructo, cujas fecundidade e criatividade estivessem relacionadas às contribuições teóricas e metodológicas daqueles que se debruçassem sobre a TRS.

Dentre aqueles que se exercitaram na tarefa de construir definições sobre as representações sociais, acompanhamos Wagner, Hayes e Palacios (2011) que, ao ensaiar tal definição, abordaram dimensões variadas que são caras ao presente escrito. Desse modo, compreendem as representações sociais como uma imagem estruturada, cognitiva, afetiva, avaliativa e operativa, metafórica ou icônica e referente a fenômenos relevantes socialmente, dos quais os indivíduos são potencialmente conscientes. Ainda conforme os referidos autores, tal imagem é compartilhada entre os membros de um grupo social e é um elemento central na identidade social dessas pessoas.

A partir dessa definição, podemos discutir certos aspectos que delimitam as representações sociais e que sinalizam sua gênese social e, por conseguinte, a

importância da comunicação para sua formação. Tais elementos são centrais na discussão que ora delineamos, visto que propiciam visualizar características muito próprias das relações entre ciência e senso comum.

Um aspecto que se sobressai nessa definição é a multidimensionalidade das representações sociais, posto que se trata de uma imagem estruturada, cognitiva, afetiva, avaliativa e operativa. Essa multidimensionalidade contribui para que outra característica das representações sociais se sustente: são imagens que se apresentam de forma icônica ou metafórica. Os autores assentem que uma representação social não é uma descrição, no sentido de ter um compromisso com a verdade objetivamente posta. Seu caráter simbólico propicia a conversão de fatos brutos em objetos sociais, que povoam a vida cotidiana das pessoas e grupos (WAGNER; HAYES; PALACIOS, 2011). Como Moscovici (1978) já indicava, as representações não são reflexos da realidade, são reapresentações desta. De acordo com Jovchelovitch (2012), não é possível uma construção simbólica fora de uma rede de significados já constituída, sendo, pois, a recriação simbólica empreendida pelos sujeitos ao representar o que ocorre sobre e dentro dessa rede.

Além disso, são fenômenos socialmente relevantes, o que permite afirmar que não é qualquer fenômeno que se constitui como objeto de representações sociais. Para isso ocorrer, é preciso que estejamos diante de algo com relevância social, o que implica que este possui um significado para o grupo que o representa (WAGNER; HAYES; PALACIOS, 2011). Um objeto é significativo para o grupo quando interfere em suas formas de comunicar e agir. Aqui, cabe menção à dimensão afetiva, na medida em

que a relevância do objeto está associada ao afeto que move o grupo a representá-lo: "Não se representa socialmente aquilo que é indiferente, aquilo que não provoca o desejo de comunicação, de falar a respeito, de compreender. Afetos são, portanto, ingredientes incontornáveis da dinâmica intrínseca às representações sociais" (ARRUDA, 2014, p. 451).

Moscovici (2005, 1978) atenta para a tensão e o conflito que esse objeto pode provocar no grupo. Diante disso, intuindo reduzir tensões e conflitos, o grupo põe-se a conversar, buscar referências, questionar, enfim, chegar a um consenso, a uma representação. Nesse caso, tais movimentos vinculam-se ao entendimento de um objeto socialmente relevante.

O outro tópico a explorar nessa definição é o caráter partilhado da representação social. Não se trata de uma representação individual, tampouco de uma somatória desta. O qualificativo social impõe a condição sócio-histórica da representação, bem como está associado ao fato de ser compartilhado por um determinado grupo. Jodelet (2001) elucida que é a partir dos movimentos grupais, que envolvem a interação e a comunicação, que as representações são forjadas e, indo além, essas representações contribuem na construção de uma realidade social partilhada, possibilitando a criação daquilo que Wagner, Hayes e Palacios (2011) nomeiam como consenso.

O último aspecto evidenciado por Wagner, Hayes e Palacios (2011) resgata a relação entre identidade e representação social. Por ser um conhecimento compartilhado por um dado grupo, esse compartilhamento está envolto com a pertença social. Isto significa que, ao compartilhar uma representação social, os sujeitos estão reafirmando sua identidade,

seu pertencimento. Nas palavras de Jodelet (2001, p. 34), “a partilha serve à afirmação simbólica de uma unidade e de uma pertença. A adesão coletiva contribui para o estabelecimento e o reforço do vínculo social”.

As discussões que delineamos não permitem dúvidas acerca da gênese social da racionalidade que permeia o senso comum. Essa constatação coloca-nos diante dos processos de interação e comunicação, que são fundamentais na formação das representações:

O termo “representação social” é concebido, por um lado, como um processo de comunicação em desenvolvimento nos grupos sociais; por outro lado, como o resultado desse processo. De um jeito ou de outro, todas as representações sociais resultam de tal processo de comunicação e discurso. O produto, as representações distribuídas, formam parte do sistema de conhecimento ordinário dos indivíduos, não pode ser concebido separadamente da condição sócio-genética [sic], sob a qual ele foi formado (WAGNER, 2000, p. 9).

Tem-se, então, que as representações sociais se configuram como um tipo de conhecimento em movimento. Sendo produto dos movimentos do grupo que as elabora, são forjadas na comunicação; e, sendo processo, são movimento, são comunicação, constituindo realidades sociais. Ao movimentarem-se, proveem aos sujeitos uma possibilidade de localização no mundo social, permitindo sua compreensão e a composição de guias de ações em relação aos fenômenos que estão presentes nesse mundo.

Além disso, sublinhamos a participação do conhecimento científico como elemento que contribui nesses movimentos e, por conseguinte, na constitui-

ção das representações sociais. Dessa forma, a compreensão desses movimentos requer uma abordagem pormenorizada dos processos de comunicação que atravessam a formação das representações sociais e suas relações com os saberes científicos.

Para tanto, recorreremos à Marková (2006) e sua proposição de relacionar a dialogicidade e a TRS, que discutiremos na próxima seção. A partir dessa perspectiva, compreendemos que as representações sociais são formadas nos movimentos de dialogicidade, que seria uma condição essencial para estudarmos os (des)encontros entre o conhecimento científico e do senso comum, foco do texto em tela.

Teoria das Representações Sociais: por uma epistemologia dialógica

Marková (2006) propõe discutir uma teoria do conhecimento social fundamentada na dialogicidade e na TRS. Inicia com a hipótese de que tal teoria pressupõe as dinâmicas como ponto de partida, considerando que a linguagem e o pensamento possuem origem social, sendo a dialogicidade condição *sine qua non* da mente humana.

A autora define dialogicidade como “a capacidade da mente humana de conceber, criar e comunicar realidades sociais em termos do ‘Alter’” (MARKOVÁ, 2006, p. 15), em que o *Alter* é utilizado pela autora para designar os “Outros” e não o “Outro”. Assim, nosso conhecimento social, as realidades e as leituras de mundo que fazemos, o que pensamos e como nos comunicamos estão vinculados essencialmente aos Outros, com os quais mantemos um diálogo, uma relação dialógica, que implica dinamicidade e mutualidade.

Para compreender essas proposições e conceitos iniciais, é preciso estabelecer que a autora discorre sobre uma nova epistemologia, baseada na mudança, e que se opõe às epistemologias fundacionais, cujo cerne reside na estabilidade. A autora observa que as teorias psicológicas do conhecimento social tradicionais, em geral, têm a estabilidade como conceito teórico, relegando à mudança um papel secundário, no qual ela é concebida como um estado da estabilidade.

Nesta direção, os fenômenos são considerados estáveis, eternos e universais, o que remete sua história e mudança a uma condição de irrelevância para o entendimento desses fenômenos. Aqui, o processo de conhecimento é estudado a partir de seus elementos que são analisados de forma separada: de um lado, aquele que conhece, seja o indivíduo ou a coletividade, isto é, os conhecedores monológicos e solipsistas; e do outro, o objeto de conhecimento (MARKOVÁ, 2006). Ora enfatizando um aspecto, ora outro, as teorias de base fundacional não se dedicam à compreensão dos processos de conhecer sob a perspectiva do movimento, da mudança, da comunicação, enfim, da dialogicidade. São descrições e explicações causais sobre o objeto de conhecimento, que negligenciam a historicidade e a multidimensionalidade do fenômeno.

Contrapondo-se a esse conjunto, há a epistemologia dialógica (MARKOVÁ, 2006). Nessa epistemologia, as teorias baseiam-se em conceitos como mudança, antinomia e comunicação e partem do pressuposto de que a mente está em diálogo e é nesse movimento que o conhecimento social é formado, circula e constitui realidades. Marková (2006) lança

a hipótese de que, ao longo da antropogênese, na história e na cultura, a dialogicidade foi desenvolvida, sendo a mente humana mais do que um sistema cognitivo universal e biológico. Com efeito, compreendemos que o pensamento e a linguagem são gerados por meio da dialogicidade, não sendo circuitos prontos a serem ativados com os estímulos corretos. Sua formação está atrelada a aspectos fundantes, como a história e a cultura. Conforme Marková (2006), para entender a dialogicidade da mente, há que se observar esta última como um fenômeno construído de modo histórico e cultural, constituído a partir da comunicação, da tensão e da mudança.

Nessa epistemologia, a mudança sai da sombra da estabilidade e, em conjunto com a comunicação, é assumida como conceito central, uma vez que “o pensamento social e a linguagem são fenômenos em ritmo de *mudança*, e que os tipos diferentes de conhecimentos sociais coexistem na *comunicação*” (MARKOVÁ, 2006, p. 15, grifos da autora). Explica a autora que nosso dia a dia é permeado por tensões entre a estabilidade e a mudança, que se evidenciam quando mudamos hábitos, ideias, rompemos ou estabelecemos relacionamentos etc.

Tais tensões compõem o conhecimento social, que construímos de forma compartilhada: “O conhecimento social é o *conhecimento em comunicação* e o *conhecimento em ação*” (MARKOVÁ, 2006, p. 27, grifos da autora). Nesse sentido, a construção do conhecimento social está articulada com a comunicação entre sujeitos e grupos que partilham ideias, necessidades e representações e com as dinâmicas da estabilidade e mudança.

O entendimento desse tensionamento entre estabilidade e mudança e de como isso produz conhecimento social requer que atentemos para a capacidade de fazer distinções, especialmente no tocante ao ato de pensar e de se comunicar por antinomias. Pensamento e linguagem são consistentemente constituídos por nossa capacidade de fazer distinções, a qual faz, portanto, parte de nossa inteligência. Marková (2006) resgata essa capacidade, ilustrando a variedade dessa forma de pensar e de se expressar em diferentes culturas: dia e noite, bom e mau, dentre outros, são exemplos que contribuem para que os grupos possam ler o mundo, compreendê-lo e construir realidades, já que, ao abordarmos um dado fenômeno social, este é avaliado, inicialmente, em termos de polaridades e antinomias.

A autora argumenta que o pensamento por antinomias se configura como uma ferramenta conceitual fundamental no desenvolvimento da teoria do conhecimento social (MARKOVÁ, 2006). Além disso, ao se tratar da antinomia, emerge a ideia de movimento: antinomias implicam tensões, conflitos, oposições. Desses confrontos, mudanças são produzidas, o conhecimento social é (re)elaborado. Para ratificar a força desses argumentos, Marková (2006) retoma a dialogicidade, posto que esta permite enfocar a antinomia *Alter-Ego* como base para o conhecimento social.

A partir da definição de dialogicidade apresentada por Marková (2006), ficou explícito que esta deve ser compreendida em termos da relação *Alter-Ego*. Ainda,

[...] fazer distinções em pensamento e falar em antinomias já é uma expressão da dialogicidade, a capacidade de conceber e compreender o mundo em

termos do *Alter* e de criar realidades sociais em termos do *Alter*. A antinomia do *Alter-Ego* é multifacetada e é fundamentada pela heteroglossia na fala e polifasia em pensamento (MARKOVÁ, 2006, p. 133-134).

Não há como tratar dos conhecimentos produzidos pelos sujeitos em seu cotidiano sem considerar tal antinomia, pois é na relação *Alter-Ego* que a realidade social se constitui: as pessoas se comunicam, tomam os Outros como base, contrapõem entendimentos, negociam e compartilham representações.

Cabe sublinhar a tensão dialógica inerente à relação *Alter-Ego*. A antinomia dessa relação já supõe tal tensionamento, mas é preciso destacar que este carrega em si o ímpeto à ação ou à mudança (MARKOVÁ, 2006). Segundo a autora, essa tensão dialógica é base para a TRS e para a comunicação, visto que não há comunicação entre os membros de um grupo se eles não se juntarem por esse tensionamento. A partir das tensões provocadas por um determinado objeto ou fenômeno social, os sujeitos conversam entre si e, nesse processo (re)criam representações sobre tal situação.

Como vimos no exercício de definição de representação social, a tensão é um elemento essencial para a existência de representações. Moscovici (2005) observa que, em tempos de crise, as representações sociais tornam-se mais evidentes. Isto porque as pessoas estão mais dispostas a falar sobre o tema em tela, imagens e expressões tornam-se mais vivas, enfim, os sujeitos são motivados a compreender o mundo, comunicando-se, e, assim, buscando entender o que não é familiar, que perturba e causa tensões.

Inspirada em Bakhtin (1984), Marková (2006) afirma que a existência humana se define como uma

existência em comunicação. Considerando que a autora compreende o *Alter* como os Outros, o *Alter-Ego* refere-se a um diálogo interpessoal, entre um “eu” e um “você”, mas vai além dessa ideia, implicando em comunicação dentro e entre grupos, subgrupos, comunidades, sociedades e culturas. Assim, na abordagem dialógica, *Alter-Ego* implica comunicação, diálogo, o que coloca em evidência a interdependência mútua dos participantes e seus efeitos e isso não deve ser reduzido à presença de um participante dialógico, seja o grupo ou o indivíduo (MARKOVÁ, 2006).

Ao buscar, em seção anterior, linhas de definição para as representações sociais, discorreremos sobre a importância que a comunicação assume para esse constructo. Nesta direção, acompanhamos Moscovici (1978) ao alertar que ela não deve ser reduzida à transmissão de mensagens ou ao transporte de informações inalteradas, visto que a comunicação possui um caráter dialógico, de movimento. Na visão moscovicianiana, ela pode diferenciar, traduzir, interpretar e combinar, tal como os grupos podem inventar, diferenciar e interpretar os objetos sociais e representações de outros grupos (MOSCOVICI, 1978).

Acrescentamos as apreciações de Jovchelovitch (2012), que argumenta que a análise das representações sociais deve centrar-se nos processos de comunicação e vida que não somente as engendram, mas que lhes oferecem uma estrutura peculiar. Tais processos são denominados pela autora de mediação social:

Comunicação é mediação entre um mundo de perspectivas diferentes, trabalho é mediação entre necessidades humanas e o material bruto da natureza, ritos, mitos e símbolos são mediações entre a alteridade de

um mundo frequentemente misterioso e o mundo da intersubjetividade humana: todos revelam numa ou noutra medida a procura de sentido e significado que marca a existência humana no mundo (JOVCHELOVITCH, 2012, p. 81).

Compreendemos que a comunicação é uma mediação social na medida em que, nesse movimento, busca-se, de modo dialógico na relação *Alter-Ego*, articular diferentes referências, que se encontram ou se desencontram, visando à construção de uma realidade comum porque comunicável e que constitui comunicações. Assim, Jovchelovitch (2012) sinaliza que as mediações sociais, em suas formas variadas, geram representações sociais e, ao mesmo tempo, são estas últimas mediações. E, sendo mediações sociais, elas podem expressar o espaço do sujeito em sua relação com a alteridade.

Retomando Moscovici (1978), o destaque à relação interdependente entre sujeito e objeto é percebida quando ele estabelece que uma representação é sempre de alguém e de alguma coisa. A negação de Moscovici em relação à cisão entre sujeito e objeto advém do entendimento de que ambos estão inscritos no mesmo contexto, no qual interagem e se constituem mutuamente:

[...] não existe um corte *dado* entre o universo exterior e o universo do indivíduo (ou do grupo), que o sujeito e o objeto não são absolutamente heterogêneos em seu campo comum. O objeto está inscrito num contexto ativo, dinâmico, pois que é parcialmente concebido pela pessoa ou a coletividade como prolongamento de seu comportamento e só existe para eles enquanto função dos meios e métodos que permitem conhecê-lo. [...] Mas o sujeito constitui-se ao mesmo tempo.

Pois, segundo a organização que ele se dê ou aceite do real, o sujeito situa-se no universo social e material (MOSCOVICI, 1978, p. 48, grifos do autor).

Carvalho (2003) realça a circularidade dessa relação ao apresentar um esquema que expõe os espaços da relação sujeito-objeto de conhecimento a partir da epistemologia das representações sociais. Com o esquema $S \leftrightarrow [MPS] \leftrightarrow O$, a autora argumenta que há o rompimento da lógica dicotômica entre sujeito (S) e objeto (O), pela circularidade da relação, indicada pelas setas. Além disso, o esquema demarca a existência de uma relação mediada entre sujeito e objeto, em que se busca a recuperação do "psico", que, por sua vez, não pode ser separado da dimensão "social", daí a presença dos mediadores psicossociais (MPS).

Segundo Carvalho (2003), o modelo apresentado por Moscovici avança na leitura sobre a relação sujeito-objeto por pressupor um amálgama psicossocial, que nos permite reconstruir objetos, conforme nossas características e, ao mesmo tempo, com eles buscar identificações.

Acrescentamos à discussão as palavras de Jodellet (2001, p. 22) que, buscando a superação dessa cisão, esclarece que "as representações sociais são abordadas concomitantemente como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social dessa realidade". Neste sentido, compreende-se que, ao mesmo tempo em que as representações sociais são o resultado de um processo de (re)incorporação da realidade, elas compõem o processo de constituição e reconstituição dessa realidade. O entendimento desse movimento duplo de incorpo-

rações e constituições só é possível por meio de um olhar psicossocial, que propicie a abrangência das múltiplas dimensões da relação sujeito-objeto. Assim, enfatiza-se a condição simbólica da relação sujeito-objeto. Duveen (2005) afirma que as representações, sustentadas pela comunicação, constituem realidades em nossas vidas cotidianas, servindo como principal meio para estabelecer vínculos com o outro.

Esses entendimentos permitem que visualizemos que é preciso ir além de uma relação entre Sujeito e Objeto, pois, como vimos, é preciso inserir os Outros. Na TRS, é exatamente o social das representações sociais que permite que complexifiquemos essa relação, que está presente ao longo do trabalho de Moscovici (2005), qualificando-a como triangular.

Tal relação torna claro que a forma como esse autor concebe a relação sujeito-objeto não é monológica e estática. Com efeito, a tensão é um dos elementos presentes e surge como força para a mudança. A tríade dialógica, *Alter-Ego-Objeto*, tem na tensão a provisão da unidade dinâmica da teoria do conhecimento social, que é baseada na dialogicidade. Nestes termos, o conhecimento social - isto é, as representações sociais - é formado a partir de processos desses três componentes, em suas várias manifestações e dinâmicas, ultrapassando a relação monológica do *Ego-Objeto* e tendo no *Alter-Ego* uma relação comunicativa e simbólica (MARKOVÁ, 2006).

Wolter (2014) observa que a TRS propõe a substituição de um olhar binário sobre os fenômenos, no qual o sujeito - coletivo ou individual - está de um lado e o objeto do outro para um olhar ternário, constituído por: Sujeito Individual - Sujeito Social - Objeto. Como explica Wolter (2014), aqui, o *Alter*, como sujei-

to social, ocupa o papel de mediador das relações entre o *Ego*, o sujeito individual, e o objeto.

Marková (2006) ressalva que, embora interdependentes, não há fusão entre *Alter-Ego*, que se mantêm independentes no plano individual. Ora, se ocorresse uma fusão, o tensionamento desvaneceria e voltariamos às categorias estáticas das teorias fundacionais. Assim, “Devido à tensão, cada indivíduo mantém firmemente sua individualidade como indivíduo. [...] A tensão dialógica se manifesta em ambos participantes” (MARKOVÁ, 2006, p. 216, grifos da autora).

Assim, depreende-se que a representação em constituição é social, logo dialógica, o que realça a presença do *Alter*, que, por seu turno em comunicação com o *Ego*, produz realidades sobre o Objeto em si. Porém, acrescentamos que, como os teóricos das representações sociais não deixam implícito, a tensão é um dos eixos desse processo. É a partir da tensão presente em *Alter-Ego-Objeto* que se movimentam os processos de (re)constituição de representações.

Com efeito, tais observações também são verdadeiras no que toca às relações entre ciência e senso comum. Como discutido, trata-se de racionalidades distintas, mas em mútua e constante relação. Nessa direção, não cabe a separação dicotomizada entre ambos, sendo mais pertinente considerar a dialogicidade presente entre esses saberes. É, pois, por meio da tensão entre as racionalidades científica e do senso comum que novas sínteses representacionais sobre fenômenos sociais diversos emergem e com as quais se deve dialogar em estudos que visem à superação dessas dicotomias.

Considerações finais: desfazendo nós, refazendo laços

Preocupação inicial de Moscovici, a consideração do *status* epistemológico do senso comum atravessa os debates que tratam das relações entre os conhecimentos científico e aqueles do cotidiano. A TRS vem contribuindo significativamente para esses debates, especialmente no que tange à compreensão do tipo de racionalidade que constitui o senso comum.

Como discutimos, não se trata de uma racionalidade inferior àquela do conhecimento científico, tampouco ambas devem ser consideradas estanques e distanciadas. São, na verdade, racionalidades em diálogo no sentido que o senso comum reapropria-se da ciência e, nesse processo, desfaz e refaz conceitos, crenças e atitudes.

Com isso, a pertinência teórica e metodológica da TRS pode ser assinalada, uma vez que estudos em representações sociais permitem o enfoque sobre as diferenças entre os saberes e a observação dos possíveis diálogos entre eles na medida em que o movimento de formação das representações sociais implica reconstrução de saberes científicos à luz das necessidades de um dado grupo social.

Essas considerações ganham um relevo ainda maior quando se observa o período atual, com a pandemia da COVID-19, na qual se assiste nas mídias e no cotidiano o recorrente questionamento da ciência, de seu método e conhecimentos. Esse questionamento vem associado a atitudes socialmente perigosas, de recusa aos cuidados coletivos e individuais, como a resistência ao uso de máscaras, adesão a tratamentos sem comprovação científica e a oposição ao

uso de vacinas contra o coronavírus. Nesse sentido, é pertinente a realização de estudos que visem compreender as dinâmicas entre as racionalidades distintas no atual contexto de pandemia, aprofundando as proposições apresentadas neste artigo.

Seguindo esse caminho, compreende-se que, para concretização de estudos que considerem a relação entre esses saberes na perspectiva da TRS, não se deve olvidar que esse movimento de constituição de representações sociais é dinâmico e tem gênese social, o que possibilita reafirmar a relevância da dialogicidade e da comunicação nesse processo. Tais elementos propiciam o encontro de ideias e posicionamentos, o desatar de nós entre ciência e senso comum e a construção de novos laços e posições.

Essa comunicação não se dá em território incontestado, pois é próprio da comunicação o conflito, o tensionamento, a negociação de sentidos, a reelaboração. Isto é, comunicação é movimento. A fala monológica e solitária não permite movimento, não há posições diferentes. É o diálogo, a contradição, que alimenta o movimento.

Daí advém a afirmação de que a dialogicidade é condição essencial da mente, em especial devido à possibilidade das antinomias como propulsoras de novas sínteses. Desse modo, a epistemologia dialógica pode subsidiar estudos em representações sociais e em suas relações com o conhecimento científico, visto que reconhece o processo de construção do conhecimento do cotidiano como dialógico e em movimento de mudança.

Referências

ARRUDA, A. Representações sociais: dinâmicas e redes. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. 2. ed. Brasília: Technopolitik, 2014. p. 441-490.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 117, p. 127-147, nov. 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 fev. 2014.

BAKHTIN, M. M. **Problems of Dostoyevsky's poetics**. Manchester: Manchester University Press, 1984.

CARVALHO, M. R. F. As representações sociais na mediação do processo de ensino-aprendizagem. In: CARVALHO, M. R. F.; PASSEGGI, M. C.; DOMINGOS SOBRINHO, M. (Org.). **Representações sociais: teoria e pesquisa**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-un Rosado, 2003. p. 17-30.

CASTRO, R. V. Prefácio. In ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. 2. ed. Brasília: Technopolitik, 2014. p. VII-XIX.

DUVEEN, G. Introdução – O poder das idéias. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 17-44.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. (Org.). **Textos em representações sociais**. Vozes: Petrópolis, 2012. p. 63-88.

JOVCHELOVITCH, S. Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão em Psicanálise, sua Imagem e seu Público. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. 2. ed. Brasília: Technopolitik, 2014. p. 211-236.

MARKOVÁ, I. En busca de las dimensiones epistemológicas de las representaciones sociales. In: PÁEZ, Darío; BLANCO, Amalio (Eds.). **La teoría sociocultural y la Psicología social actual**. Madrid: Fundación Infancia y Aprendizaje, 1996. p. 163-182.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais**: as dinâmicas da mente. Petrópolis: Vozes, 2006.

MOSCOVICI, S. **A representação social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

NÓBREGA, S. M. Sobre a teoria das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P. (Org.). **Representações sociais**: teoria e prática. João Pessoa: Editora Universitária, 2001. p. 55-87.

WAGNER, W.; HAYES, N.; PALACIOS, F. F. (Ed.). **El discurso de lo cotidiano y el sentido común**: la teoría de las representaciones sociales. Rubi (Barcelona): Anthropos Editorial; México: Centro de Investigaciones Multidisciplinarias, UNAM; México: Departamento de Matemática Educativa, Centro de Investigación de Estudios Avanzados del IPN, 2011.

WAGNER, W. Sócio-Gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, A. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB Editora, 2000. p. 03-25.

WOLTER, R. M. C. P. Serge Moscovici: um pensador do social. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das Representações Sociais**: 50 anos. 2. ed. Brasília: Technopolitik, 2014. p. xxviii-xxxviii.